

PUC-SP já tem novo ESTATUTO

Texto poderá inviabilizar boa parte dos departamentos da universidade e prevê aposentadoria aos 75 anos

No Consun de 24/4 a reitora Maria Amália Andery informou que, a partir daquela data já estava em vigor o novo estatuto da PUC-SP que chegou de Roma e já estava publicado no site da universidade. Agora a PUC-SP terá 180 dias para elaborar um novo regimento interno para adequar as cláusulas estatutárias ao cotidiano da universidade.

A reitora destacou que o novo texto mantém a maioria das prerrogativas do antigo texto, mantendo a PUC-SP como uma das universidades mais avançadas do país em termos de conquistas sociais.

Porém, uma leitura detalhada no texto deixa uma série de dúvidas sobre o futuro da universidade.

continua na próxima página

PRINCIPAIS MUDANÇAS DO NOVO ESTATUTO

Eleições Gerais - Permanecem como estão estruturadas hoje, com lista triplas para todos os cargos e escolha para reitor e diretores de faculdade pelo cardeal.

Departamentos - Continuam existindo, desde que tenham 25 professores sendo 20 doutores; tenha pelo menos um curso de graduação e um de pós *stricto sensu*; tenha pelo menos 625 horas.

Aposentadoria - Está previsto o término da carreira docente aos 75 anos, devendo a PUC-SP e a Fundasp desenvolverem políticas para os docentes que se mantiverem ativos após completarem essa idade.

Faculdade de Estudos Interdisciplinares - A PUC-SP passa a ter 10 faculdades.

Configuração do Consun - Será incluído o Coordenador de Pastoral Universitária, os funcionários permanecem com nove representantes, mas tendo que eleger pelo menos um por campus. O representante da sociedade civil passa a ser escolhido pelo Conselho Superior da Fundasp.

Configuração do Consad - Permanece como está hoje com direito a voto dos dois secretários-executivos e da reitora.

Estruturação da Reitoria - Passa a existir a Pró-reitoria de Planejamento e Avaliação Acadêmicos, em substituição à Pró-reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Coordenadorias - Somente funcionarão a Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais, Cedepe e a Coordenadoria de Pastoral.

PROFESSOR
ASSOCIE-SE À
APROPUC

FUNCIONÁRIO
Fortaleça sua entidade!
Associe-se
à AFAPUC

continuação da página anterior

A começar pelos departamentos que deverão ter uma série de obstáculos para se manterem enquanto estrutura organizativa dos docentes. Daqui para a frente só poderão existir departamentos com, no mínimo 25 professores, sendo 20 deles doutores e pelo menos 625 horas; o departamento deverá ter pelo menos um curso de graduação e um programa de pós-graduação *stricto sensu*. Nas faculdades onde não houver departamentos os professores estarão vinculados aos cursos e programas em que atuarem prioritariamente.

Essa norma, se aplicada hoje, poderia inviabilizar boa parte dos departamentos da universidade. A professora Madalena Peixoto, diretora da Faculdade de Educação lembrou que serão necessárias normas de transição que contemplem aqueles departamentos que ainda não tenham condições de preencher as exigências, mas que em um futuro próximo poderão realizá-las.

As eleições foram mantidas tal qual estão hoje, com lista tríplice para todos os cargos e escolha do reitor e diretores por parte do grão-chanceler

APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

O novo texto prevê o encerramento da carreira docente aos 75 anos, deixando em aberto a possibilidade de a PUC-SP e a Fundasp desenvolverem políticas para os docentes que se mantiverem ativos após completarem essa idade. A APROPUC lembrou, durante toda a discussão sobre esse tema, da ilegalidade da aposentadoria compulsória em empre-

sas particulares, uma vez que a Constituição Federal e o Estatuto do Idoso vêm como discriminação o tratamento diferenciado para os idosos.

O estatuto cria a nova Faculdade de Estudos Interdisciplinares, ainda sem definição quanto a cursos e estruturação. Por outro lado, criou-se a Pró-Reitoria de Planejamento e Avaliação Acadêmicos, em substituição à Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

ESTRUTURAÇÃO DOS CONSELHOS

A estruturação proposta para o Consad pelos conselheiros do Consun não foi aprovada, permanecendo o poder decisório prioritariamente nas mãos da Fundasp (dois votos para os secretários-executivos, contra um da reitoria). A configuração do Consun proposta também foi vetada, abrindo-se vaga o coordenador da Pastoral Universitária. O representante da sociedade civil também não será escolhido pelos conselheiros (como pretendia o texto aprovado no Consun), mas pelo Conselho Superior da Fundasp. A representação dos funcionários permaneceu igual (nove conselheiros), mas eles deverão contemplar todos os campi.

Das atuais coordenadorias somente duas permanecerão ativas, a de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais, Cedepe e a Coordenadoria de Pastoral, nem mesmo a Coordenadoria Geral de Estágios, CGE, que os conselheiros pouparam em sua decisão, foi mantida pelo Conselho Superior.

Agora resta ao Conselho Universitário regulamentar estas cláusulas através do Regimento. Como se percebe várias

decisões importantes dos conselheiros e da comunidade foram retiradas do texto. E outras acrescentadas sem a anuência de professores, funcionários e estudantes, em mais uma flagrante contradição com a Lei de Diretrizes e Bases que garante a autonomia financeira, administrativa e acadêmica às universidades.

OUTROS ASUNTOS

A sessão do Consun também se deteve na discussão do relatório da Ouvidoria. No geral a apresentação foi bem aceita

pelos presentes. Porém o que causou estranheza e provocou longa discussão foram as reclamações registradas a respeito de assédios. O número mostrado pelo ouvidor revelou que esse tipo de reclamação praticamente dobrou no período analisado.

A professora Alexandra Geraldini, pró-reitora de graduação apresentou o quadro de vagas aprovado no Conselho de Ensino e Pesquisa para o Vestibular de Inverno.

O concurso deverá ter 365 vagas que foram aprovadas por todos conselheiros.

Na próxima edição o PUCviva fará uma análise mais aprofundada sobre as modificações introduzidas pelo novo estatuto e suas consequências no dia-a-dia da universidade

**SOLIDARIEDADE
AOS
MORADORES
FAVELA DO CIMENTO
PASTORAL DA POPULAÇÃO DE RUA**

**DOAÇÕES
RUA BARTIRA, 407, PERDIZES**

**ROUPAS
FRALDAS
ALIMENTOS
PRODUTOS DE
HIGIENE
MAMADEIRA**

A PROPUC

SAAESP aceita assinar o Acordo Interno dos funcionários

Em assembleia conjunta, AFAPUC/SAAESP, realizada no dia 22/4, o Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar, SAAESP, informou que deverá assinar o texto aprovado pelos funcionários da PUC-SP, mediante a aceitação de algumas prerrogativas que já vem sendo colocadas em prática pelos sindicatos.

A negativa em assinar o acordo foi ocasionada pelo entendimento que o SAAESP teve sobre a redação das cláusulas 11 (auxílio-doença) e 36 (estabilidade pré-aposentadoria) que poderiam trazer prejuízo ao trabalhador. Por outro lado, o sindicato também lembrou a grande quantidade de cartas enviadas solicitando o não pagamento da taxa de custeio e negando a representatividade da entidade.

A diretoria do SAAESP, bem como o presidente da AFAPUC, lembraram a importância da manutenção da taxa de custeio, principalmente em um momento em que os sindicatos são ameaçados pelo autoritarismo do governo federal.

Para o SAAESP a aceitação do acordo está associada à implantação da chamada política de valorização da contribuição

sindical, ou seja, nos próximos acordos internos terão direito integral ao Acordo Interno da PUC-SP e à Convenção somente aqueles funcionários que efetivamente contribuírem com a taxa de custeio do sindicato. Os demais deverão ter um tratamento diferenciado não gozando na integralidade de cláusulas como cesta-básica, bolsas de estudo e auxílio-creche, por exemplo. A assembleia votou no sentido de que a limitação seja imposta também aos não associados à AFAPUC.

MODIFICAÇÕES PROPOSTAS

A diretoria do SAAESP também viu problemas na redação das cláusulas que regem o auxílio-doença e a estabilidade pré-aposentadoria. Nas negociações com a Fundasp foram propostas modificações que os funcionários entenderam que não deveriam ser aplicadas àqueles que já estavam gozando do benefício.

A mantenedora aceitou a ponderação, mas preferiu não acrescentar um parágrafo específico, preferindo manter somente um acordo de cavalheiros. A diretoria do SAAESP entendeu que tal postura



SHEFANE MATTOS



Acima as diretorias do SAAESP e da AFAPUC comandam a assembleia que teve boa participação dos funcionários (abaixo)

poderia, no futuro ser danosa aos administrativos, principalmente se houver, por exemplo, uma mudança na secretaria executiva da Fundasp.

Os funcionários presentes em bom número à assembleia, praticamente por unanimidade aceitaram as propostas.

O SAAESP solicitou uma reunião com a Fundação São Paulo para discutir o novo posiciona-

mento da entidade, mas até o final desta edição ainda não havia recebido um retorno da mantenedora.

A entidade dos funcionários também enviou uma comunicação ao corpo administrativo informando da importância da contribuição de custeio e abrindo a possibilidade para aqueles que se manifestaram contra o pagamento acceitem pagar a taxa.

Ampliar a luta fortalecendo as entidades sindicais

Muito já foi dito, discutido e debatido sobre as ameaças que pairam sobre todos os trabalhadores brasileiros. Semanalmente o **PUCviva** estampa em suas páginas debates, estatísticas ou leis trabalhistas que são cotidianamente ignoradas. Mas não custa lembrar, mais uma vez, as inúmeras conquistas dos trabalhadores desta universidade, que sempre esteve na vanguarda da resistência.

Desde a vigência da "deforma" trabalhista do governo golpista de Michel Temer todos os trabalhadores vivem uma realidade cada vez mais dura. A promessa de que seriam criados mais empregos e que o trabalhador teriam mais benefícios já caiu por terra. É só ligar a TV e perceber que a era das longas filas de trabalhadores desesperados em busca de uma oportunidade de trabalho voltou a nos assombrar. Já podemos sentir os efeitos da dificuldade de acessar a Justiça do Trabalho e o

enfraquecimento dos sindicatos e da mobilização dos trabalhadores para garantir o mínimo de condições para uma sobrevivência decente.

Hoje já temos conhecimento da queda dos números de ações nos Tribunais do Trabalho, a diminuição das vagas de empregos formais, o aumento do trabalho intermitente e de desligamentos mediante acordo direito entre empresas e trabalhadores. Na PUC-SP não é diferente. Apesar de estarmos numa situação aparentemente mais confortável por termos anualmente renovados uma Convenção Coletiva e um Acordo Interno, não podemos deixar-nos levar pela ilusão de que não estamos prestes a perder nossas conquistas de anos de luta. Precisamos nos conscientizar e nos unir em torno da garantia desses direitos. A situação tende a piorar muito se a dita "Reforma" da Previdência for aprovada. Todos estamos no mesmo barco. A Previdência Social é fruto de um

processo histórico de lutas para a justiça social e a efetividade da dignidade humana. É uma tremenda ilusão acharmos que poderemos sozinhos lutar contra uma situação que, mais cedo ou mais tarde, atingirá a toda a sociedade, porque essa reforma atinge a assistência social, a previdência e a saúde, hoje asseguradas pela Constituição de 1988.

Tivemos nos últimos dias uma experiência amarga de como seria vivermos sem as nossas conquistas. Como seria viver sem o auxílio escola que muitas vezes representa mais do que o salário? Como seria se alimentar dignamente, em um bairro caríssimo, sem o subsídio do bandede? Como seria sair de licença médica e não poder contar com a complementação salarial ou mesmo não poder ter o acompanhamento familiar em caso de doença?

Sem contar com alguns benefícios como as bolsas de estudo ou as faltas abonadas. O trabalho, já precarizado com o acú-

mulo de funções seria extremamente nocivo ao trabalhador. Hoje nada garante a permanência dos empregos.

O governo autoritário de Bolsonaro procura minar a força dos sindicatos e associações, impondo restrições tanto econômicas quanto políticas ao funcionamento das entidades. Os reflexos dessa perseguição já se fazem sentir com sindicatos fechando as portas ou reduzindo os benefícios repassados aos trabalhadores.

Mais do que nunca a unidade dos trabalhadores, por meio de seus sindicatos e associações é que fará a diferença na resistência. Nós precisamos não só manter a mobilização, mas ampliar, fortalecer e consolidar essa unidade contra o desmonte dos direitos da classe trabalhadora nesse país.

Informem-se! Envolvam-se nos debates! Participem das assembleias e manifestações!

Diretoria da AFAPUC

Guilherme Boulos participa de debate na PUC SP

Na terça-feira, 23/04, no auditório 333, aconteceu o debate "Democracia e conservadorismo na sociedade brasileira". Promovido pelo movimento "A juventude sem medo" e organizado por Rudá Ricci, a mesa contou com a presença de Guilherme Boulos, Rose Segurado, Rudá Ricci com a mediação do professor Luiz Antonio Souza.

O governo de Bolsonaro está propondo reformas poleêmicas que vão contra a democracia e as conquistas dos trabalha-

dores. O estado apresenta características autoritárias e conservadoras. Debater sobre a democracia e conservadorismo é a ação necessária pra enfrentar essa situação "É muito bom que a gente faça um debate sobre política num momento tão duro da nossa história. É bom que se faça na universidade de modo geral. Eu tenho feito nos últimos meses um giro pelo país fazendo debates sobre a previdência e sobre o que representa o governo Bolsonaro." disse Boulos.



A mesa do debate sobre democracia e conservadorismo

No evento Rudá Ricci lançou o livro "Conservadorismo Político em Minas Gerais: Os dois governos de Aécio Neves" que

conta a passagem de Minas Gerais do conservadorismo para a extrema direita, que ressalta Aécio Neves como figura principal.

MOVIMENTOS SOCIAIS

1º de Maio de luta contra a Reforma da Previdência

As centrais sindicais se uniram para realizar um 1º de Maio de luta contra a Reforma da Previdência. A iniciativa é inédita. Pela primeira vez as dez centrais sindicais estarão juntas em um mesmo local para realizar os atos de 1º de Maio. Em São Paulo, o ato acontecerá no Vale do Anhangabaú, região central da capital paulista. Em outros estados, plenárias das centrais, sindicatos e movimentos também já prepararam as mobilizações locais.

O 1º de Maio é uma data internacional que marca a luta dos trabalhadores por condições mais dignas de trabalho. E hoje a ameaça representada pela Reforma da Previdência é um condicionante especial para a realização do protesto. Aqui em São Paulo o ato estava previsto para a Praça da República, mas por se tratar de uma manifestação que pela primeira vez em

muitos anos reúne dez centrais sindicais, foi solicitada a transferência para outro local. O evento terá início às 10h, com apresentações artísticas e culturais. O palco deverá ter nomes como os de Leci Brandão, Paula Fernandes, Ludmilla, Simone e Simaria e Maiara e Maraísa, entre outros. O ato político começa às 12h.

A expectativa é que o ato aponte para a realização de uma greve geral para pressionar os congressistas a rejeitarem a reforma. A APRO-PUC e a AFAPUC convocam os professores, funcionários e estudantes a comparecerem ao ato na defesa das condições de trabalho e aposentadoria digna.

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Na semana passada a reforma da Previdência foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do

Congresso. As lideranças dos partidos de direita tentaram suavizar o texto para que ele pudesse ser aprovado e assim pediram para que fosse retirado da PEC 06 a menção ao não pagamento do FGTS aos aposentados, bem como isenção da multa de 40% quando o aposentado for demitido. Mesmo assim o texto aprovado constitui-se em um dos maiores retrocessos em termos previdenciários da história do país. O aumento da idade mínima de aposentadoria, a redução do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o corte no PIS, a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição fazem com que o prejuízo aos trabalhadores seja algo inédito na legislação brasileira.

O esforço do governo autoritário de Jair Bolsonaro se prende agora para a compra de votos dos congressistas através da libera-

ção de verbas para emendas parlamentares que beneficiem os políticos entreguistas. Daí a necessidade de uma ampla mobilização da sociedade para barrar as ameaças que pairam sobre a classe trabalhadora.

GREVE NA EDUCAÇÃO

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação (Contee) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e outras entidades nacionais do setor de educação estão convocando para o próximo dia 15/5 uma paralisação nacional do setor contra a reforma da Previdência. Hoje os professores constituem-se numa das categorias mais prejudicadas pela Reforma. Daí a importância de uma greve geral da categoria para mostrar a insatisfação de docentes e funcionários da educação com essas ameaças.

Proposta CPI para policiar esquerdas nas universidades públicas

O deputado Wellington Moura (PRB), vice-líder de João Dória na Assembleia Legislativa propôs a criação de uma CPI para investigar irregularidades na gestão das universidades públicas. Segundo o texto da proposta o objetivo é apurar gastos com professores e funcionários e o "aparelhamento da esquerda" na Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade

Estadual Paulista (Unesp).

Para a presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandos, Flávia Calé, a proposta de criação da CPI não é um ato isolado e faz parte de sucessivos ataques contra as universidades públicas que têm acontecido, nos últimos anos. A APROPUC repudia mais este retrocesso do governo reacionário de João Dória que vem se somar ao estado persecutório instalado no país a partir de janeiro.

Governo Dória diminui a participação de docentes no Condephaat

João Dória publicou decreto limitando a participação de docentes das escolas públicas no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat).

O quadro atual de treze representantes, ligados a áreas de conhecimento diversas, reduziu-se a apenas quatro.

A PUC-SP também possuía representação no

Conselho.

Os docentes da Universidade de São Paulo repudiaram a medida. Para eles: "A complexidade da salvaguarda do patrimônio e a sua constituição como política pública exige que o Conselho seja um espaço de ampla troca de ideias, em que as demandas do poder público ou de Estado, tenham a medida dos debates do campo disciplinar e das demandas da sociedade civil".

ROLA NA RAMPA

Jerusa Pires Ferreira



Faleceu no último dia 21/4 a professora Jerusa Pires Ferreira. Vinculada ao Departamento de Artes, Jerusa atuava no Programa de Comunicação e Semiótica, tendo ingressado na PUC-SP em 1/3/1994. Pesquisadora da cultura popular, Jerusa escreveu vários trabalhos sobre oralidade, conto popular e literatura de cordel. Em seu currículo

constam 20 livros e mais de 180 artigos publicados. Entre suas obras mais conhecidas estão Armadilhas da Memória, Cavalaria em Cordel, O livro de São Cipriano e Matrizes Impressas do Oral. Em 1993 recebeu o prêmio Jabuti de Literatura. Os colegas e amigos realizarão uma homenagem no dia 28/5, na sede da APROPUC.

Revistas da APROPUC têm nova data para entrega de artigos

A APROPUC está retomando a publicação de suas revistas temáticas, agora em plataformas virtuais. A Revista PUCviva deverá ter como tema "a crise na educação" e a revista Cultura Crítica abordará a "cultura no fascismo".

O prazo para a entrega dos artigos foi prorrogado para 20/5. Ambas as revistas possuem Qualis. A Revista PUCviva tem a classificação "C" para a área de Ciência Política e Relações Internacionais, História e Serviço Social; já para a área interdisciplinar ela tem a classificação "B5". A revista Cultura Crítica possui a classificação "C" para a área de História e "B4"

para a área de Linguística e Literatura.

O novo formato da revista permitirá que as colaborações, além do tradicional formato de artigo, possam vir na forma de ensaios fotográficos, documentários, crônicas, prosa e poesia ou ilustrações. As colaborações deverão ser enviadas até 30/4 para a APROPUC ou pelo endereço eletrônico apropuc@uol.com.br. Os artigos para ambas as publicações deverão ter no máximo 14 mil caracteres com espaço. Ambas as revistas possuem ISSN o que permitirá aos autores a inclusão dos artigos em seus currículos.

Debate discute 1999: Resistências e Capturas

No dia 25/04, aconteceu o debate "1999: resistência e capturas", realizado pelo NU-SOL, Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós Graduais em Ciências Sociais PUC-SP. A mesa teve a presença de Acácio Augusto (UNIFESP), Camila Jourdan (UERJ) e Gabriel Zacarias (UNICAMP).



STHEFANEMATTOS

Da esquerda para a direita, Acácio Augusto, Camila Jourdan e Gabriel Zacarias

Evento debate criminalização dos movimentos sociais

O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais realiza no dia 30/4, às 13h, na sala 100, o debate A Regressão dos Direitos Sociais e a Criminalização dos Movimentos Sociais, com a participação de Luciane Andreoli, Fabiana Luz e Hugo Fanton.

Cuba é tema de debate na sede da APROPUC

Na quinta-feira, 25/04, no auditório 117-A, aconteceu o debate "Cuba Hoje". O evento teve a promoção da APROPUC e NACI, teve presença do Embaixador Pedro Monzón (Cônsul Geral de Cuba em São Paulo), Professora Regina Gadelha e Professor Eugenio Trivinho. O debate enfatizou a situação atual de Cuba que hoje é considerado um país socialista com característica operária e po-

pular. Após a revolução de 1959, Cuba conseguiu sair da situação social de extrema pobreza e oferecer educação integral e saúde gratuita para a população. Os participantes analisaram também o histórico de pobreza que caracterizava a economia e a educação cubanas no período anterior revolução socialista e discutiram o cenário modificado após a eleição de Donald Trump.



STHEFANEMATTOS

Da esquerda para direita os professores Regina Gadelha, Eugênio Trivinho e o Cônsul Geral Pedro Monzón